

Universidade e inclusão

Conferência de encerramento do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, realizada no dia 15 de setembro 2004



Rodrigo Rollemberg

Secretário de Ciência e Tecnologia para Inclusão Social, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT)

O governo do presidente Lula definiu a inclusão social como prioridade; prioridade esta expressa no âmbito do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) com a criação

da Secretaria de Inclusão Social.

A indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, além de norma legal, é a garantia de uma prática acadêmica na qual a produção do conhecimento novo, socialmente referenciado, tem uma relação direta com a formação de profissionais cidadãos. Neste sentido, a Extensão, em sua função não assistencialista, não messiânica e não usurpadora; embora valorizada na concepção, tem-se constituído, de fato, na parte mais fraca do tripé. Primeiro, porque, ao longo de sua história, poucos são os exemplos de apoios financeiro, material e político para sua efetivação. Segundo, porque a Extensão tem sido pouco valorizada pelos pesquisadores e pelos estudantes, ou seja, tem sido considerada uma atividade secundária. Terceiro, porque não obstante existirem em todas as Universidades pró-reitorias de Extensão, as mesmas não têm se institucionalizado como *práxis* acadêmica, quando comparada à relação ensino-pesquisa, inclusive em termos de agências de fomento.

Entretanto, existem grupos de professores, pessoal técnico-administrativo e estudantes dedicados às atividades de Extensão. São grupos de qualidade e que realizam muito mais do que poderiam, dada a escassez de recursos e de apoio institucional. A existência desses grupos animou a Secretaria de Ciência, Tecnologia para Inclusão Social (SECIS) a investir na Extensão. Para tanto, começamos por nos apropriar dos conceitos. A base conceitual encontra-se exposta nos documentos do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em particular os documentos elaborados entre 1995 e 1998, e em uma conferência apresentada neste ano, no V Congresso Nacional de Educação (CONAD), em Recife, com o título "Extensão Universitária: o social, o assistencial e o mercantil", escrito por professores da Universidade Federal do Paraná. Nesse trabalho, os autores afirmam que "fazer extensão é escolher esta condição diferenciada de produzir conhecimento, de fazer ensino não formal restrito às salas de aula, de atualizar estruturas curriculares de forma permanente,

de integrar graus e níveis de ensino, de renovar constantemente a função social da universidade. Neste sentido, o valor maior da extensão é o de ser capaz de provocar essa intolerabilidade com relação à realidade social e de poder transformá-la em ação consciente do desenvolvimento e da política acadêmica".

A concepção que orienta o Ministério da Ciência e Tecnologia é a de que a Universidade tem um papel relevante na inclusão e na transformação social e que, para tanto, a atividade de Extensão deve-se constituir em um alicerce para atingir este objetivo. Isto significa que é necessário incorporar três noções: a de parceria efetiva entre a Universidade e a Sociedade; a de projetos articulados, que não sejam nem unilaterais, próprios da concepção messiânica, nem justapostos; a do sujeito epistêmico, aqui compreendidos os cidadãos que compõem a comunidade universitária e as comunidades sociais, que sejam moral e intelectualmente autônomos em sua constituição diante deste tipo de relação de parceria. Como uma Secretaria do Ministério da Ciência e Tecnologia voltada à inclusão social, entendemos que a ciência possui sentidos sociais, quais sejam:

- democratização da leitura da realidade;
- constituição de novas modalidades de organização social;
- entendimento de que a Universidade é um fator de emancipação ao implodir as formas arcaicas das relações assistencialistas e usurpadoras;
- compreensão de que o saber popular e o saber científico podem inaugurar, sem perder suas identidades, um saber científico socialmente referenciado;
- afirmação de que a relação entre teoria e prática pode ter uma feição na qual a ciência e a tecnologia possam estar disponíveis para o bem comum.

Analisando relatórios de avaliação sobre os reflexos da Extensão no ensino, realizados em algumas universidades, pudemos constatar as mudanças provocadas pelos participantes dos projetos em programas das disciplinas envolvidas, bem como em programas de outras disciplinas. Os relatórios mostram também o surgimento de novas disciplinas, oriundas das demandas da *práxis*. A apreciação feita pelas comunidades em que os projetos se realizaram indica que os saberes dessas comunidades, em parceria com os saberes universitários, trouxeram benefícios não apenas para a Universidade, mas também para a comunidade.

Ao se adotar uma política que confere o mesmo status à extensão que se tem dado à pesquisa, opta-se por avaliar e apostar na inclusão e na transformação social, seja pela formação do aluno, seja pela parceria, seja pelo entendimento de que a realidade social é tanto ponto de partida como ponto de chegada. Essa concepção de Extensão na qual a Universidade interage com a comunidade estimulou a SECIS a tomar a iniciativa de patrocinar a Extensão Universitária e de valorizá-la. Começamos por um trabalho de articulação e convencimento em várias áreas do Governo, o

qual busca como resultado a publicação de editais específicos. O primeiro já está lançado e refere-se à disponibilização e transferência de tecnologias apropriadas à agricultura familiar, cujos recursos, da ordem de R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais), são oriundos do Fundo Setorial do Agronegócio, do Ministério da Ciência e Tecnologia.

E é com muita satisfação que anuncio aqui, em primeira mão, o apoio a novos editais para extensão universitária, em 2005, focando também ações nas comunidades urbanas excluídas do processo social. Todas essas atitudes que tomamos objetivam contribuir para o avanço da Extensão Universitária.

Entendo que nossas ações na SECIS estão provocando uma mudança na política extensionista e isto nos enche de satisfação. Entretanto, estamos plenamente convencidos de que essa política não pode se esgotar apenas nessas ações, por mais relevantes que sejam. Assim, desejo anunciar aqui duas coisas: a primeira é que vamos ampliar os programas com a publicação de novos editais. O Programa de Tecnologias Sociais (PTS) do MCT terá a extensão universitária como grande instrumento de execução de suas ações. O PTS é uma política pública de C T & I que visa a:

- promover a interação dos conhecimentos acadêmicos com os saberes e as práticas sociais acumuladas, de forma que a sociedade deles se aproprie, difunda, gere novos saberes;
- construir metodologias interativas e participativas;
- valorizar a extensão universitária, em especial aquela relacionada à extensão rural, como produtora, difusora, facilitadora e ampliadora do acesso ao conhecimento científico e tecnológico e aos seus benefícios;
- reafirmar a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como estratégia de desenvolvimento e difusão científicos e tecnológicos;
- fomentar os empreendimentos individuais ou associativos de pequeno e médio portes e as ações sociais destinadas à geração de ocupação, trabalho e renda, por meio da geração e difusão de tecnologias socialmente sustentáveis;

- desburocratizar e simplificar o registro de projetos propostos pela sociedade e as normas de acesso ao financiamento, de forma a dar mais agilidade e incentivo ao seu desenvolvimento;
- buscar a melhoria da distribuição do conhecimento e a valorização da diversidade cultural;
- atuar em temas e áreas diretamente ligados à questão social, voltados, mais especificamente, para a identificação e solução de demandas sociais locais, relativas à geração de renda e ocupação, como, por exemplo, aqueles relacionados a temas como agricultura familiar; agricultura urbana; agroindústria cooperativada; saúde; alimentação e nutrição; meio ambiente; recursos renováveis; conservação e fontes alternativas de energia; água; saneamento básico; habitação; reciclagem e recuperação de materiais; artesanato; educação básica e tecnológica; infraestrutura de apoio (estradas, açudes, barragens etc.); ecoturismo; agroturismo; e capacitação de recursos humanos, entre outros.

O Programa de Tecnologias Sociais tem o objetivo geral de contribuir para a efetivação da inclusão social e do desenvolvimento local sustentável, com base no suporte científico e tecnológico, por meio da utilização de tecnologias socialmente sustentáveis.

Cito ainda os objetivos específicos do PTS:

Promover as condições para que as comunidades menos favorecidas, os micro e pequenos empreendedores, rurais e urbanos, sejam capazes de:

- executar projetos de investimentos produtivos;
- aumentar a produção,
- ganhar economia de escala,
- absorver, difundir e desenvolver tecnologias socialmente sustentáveis, sociais ou apropriadas,
- elevar a sua eficiência e produtividade,
- gerar ocupação e renda; e
- melhorar a qualidade de vida das comunidades envolvidas.

Apoiar o desenvolvimento aplicado e a difusão de tecnologias sociais e apropriadas voltadas para a:

- segurança alimentar e nutricional;
- promoção da igualdade étnico-racial, de forma a favorecer oportunidades de inserção nas atividades produtivas;
- inclusão de pessoas portadoras de necessidades especiais, gerando as oportunidades e os meios necessários para a inserção e o desenvolvimento pessoal;
- inclusão social e melhoria da qualidade de vida dos catadores de lixo;
- construção do protagonismo do idoso na sociedade e

- inclusão social das comunidades indígenas.

Apoiar a difusão de técnicas aplicadas à agricultura familiar e à agro-ecologia;

Agregar valor aos produtos e processos;

Construir indicadores de gestão e planejamento de projetos, que possibilitem avaliar o modo como o gasto público em C, T&I produz melhoria social;

Estabelecer critérios e indicadores que, ao lado da avaliação do mérito técnico/científico, educacional e financeiro de projetos com características sociais, permitam, também, medir, avaliar e acompanhar os requisitos de produção e distribuição dos produtos, a dimensão, apropriação e eficácia sociais, o caráter ético, os valores culturais, o ambiente onde as tecnologias serão aplicadas e os seus impactos e benefícios;

Desenvolver sistemas de informações sobre Tecnologias Socialmente Sustentáveis, para ampliar a interação, a transferência de conhecimentos e a articulação entre os programas existentes, estimulando e fortalecendo redes de comunicação, colaboração e articulação entre os atores envolvidos no processo de desenvolvimento social.

Quero anunciar também que vamos buscar a institucionalização de um programa de Bolsas de Extensão para Coordenadores e Estudantes nos mesmos moldes das existentes no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a Pesquisa.